

O PLANO QUE VAI MUDAR SUA CIDADE

Projeto que define crescimento de Brasília volta ao centro das atenções no dia 10, quando Câmara avalia vetos do governador

No próximo dia 10, a Câmara Legislativa viverá um de aqueles dias em que todos os olhares da sociedade brasiliense estarão voltados para ela. Os 24 deputados distritais terão a tarefa de derrubar ou manter os seis vetos que o governador Cristovam Buarque impôs ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado em dezembro passado pelo Legislativo. Certamente, haverá uma batalha verbal com discursos inflamados do lado dos governistas e da oposição.

Qualquer semelhança com a movimentação que abortou, em 1995, a regularização da invasão da Estrutural não será mera coincidência. Mais uma vez, estará em jogo o uso do território do Distrito Federal. Ou, em última instância, o futuro de Brasília.

Ironicamente, a batalha que agitará a Câmara responde pelo nome de uma santa: Santa Prisca. Assim é denominada uma fazenda que pertence ao Grupo OK, de propriedade

do deputado distrital Luiz Estevão (PMDB), e que provocou um dos vetos do governador. Para derrubá-lo, são necessários 13 votos.

O texto aprovado pelos deputados faz com que a área, de 3,8 mil hectare, seja considerada Zona Urbana de Dinamização (ZUD). Na prática, isso significa que ali poderá ser erguida uma nova cidade, sem limites prévios de densidade populacional. Estima-se que 140 mil pessoas poderiam viver ali, caso fosse criado o novo aglomerado urbano.

Originalmente, o governo Cristovam pretendia classificar parte dessa região como área rural e outra parte como zona urbana de uso controlado. Um mau negócio para os donos dessa fazenda e de todas as demais terras situadas ao sul da BR-251 — próximo a Santa Maria —, também caracterizadas como ZUD.

Como os deputados frustraram essa vontade, o governador recorreu ao veto.

Mas o que é o PDOT? Ele pode ser

Glaucio Dettmar



Plano Diretor servirá para controlar o avanço das áreas urbanas, de forma a evitar o esgotamento dos recursos naturais

comparado ao esquema tático de um time de futebol. O técnico Mario Jorge Lobo Zagallo orienta a defesa da seleção canarinho para fechar os avanços do adversário na direção do gol brasileiro, ordena que os joga-

dores de meio de campo conquistem espaços e aborem os ataques contrários e manda Ronaldinho e Romário se adiantarem para conquistar a vitória. De forma semelhante, o PDOT controla o avanço

das áreas urbanas para que não esgotem os recursos naturais. Estimula a ocupação de espaços favoráveis ao adensamento populacional, mantendo áreas verdes para bloquear a poluição. E, principalmen-

te, orienta o desenvolvimento sócio-econômico para que seja marcado o grande gol: a melhoria da qualidade de vida da população.

A vida do brasiliense não mudará de imediato com o PDOT, assim como Zagallo não faz gols. Mas é o plano que dará a base legal para solucionar questões como a preservação das fontes hídricas, a regularização dos condomínios, a legalização das ocupações urbanas em colônias rurais e núcleos agrícolas e a criação de novos bairros que visam a diminuir o déficit populacional — Catedralino, Taquari e Setor Noroeste.

O plano determina que o adensamento populacional será orientado no sentido sudoeste, a partir do Plano Piloto, e seguindo o traçado do metrô. Isso significa que será estimulado uma maior ocupação da região compreendida por Ceilândia, Taguatinga e Samambaia — três cidades que contarão com distritos industriais. “Elas formarão o que chamamos de centro regional, para onde será canalizado o maior volume de recursos públicos para instalação e ampliação da infra-estrutura urbana”, explica o diretor do Instituto de Planejamento Territorial do Distrito Federal (IPDF), Luiz Phillips Torely.